



**UNIVERSIDADE ESTADUAL DA PARAÍBA
CAMPUS CAMPINA GRANDE
CENTRO DE EDUCAÇÃO - CEDUC
DEPARTAMENTO DE CIÊNCIAS SOCIAIS
CURSO DE SOCIOLOGIA**

YASMIM ALVES BATISTA AURINO

**ENTRE A MEMÓRIA, OS USOS E APROPRIAÇÕES DO ESPAÇO PÚBLICO EM
CAMPINA GRANDE (PB): UMA LEITURA A PARTIR DA PERCEPÇÃO DA
GESTÃO DO PARQUE DA LIBERDADE**

**CAMPINA GRANDE - PB
2020**

YASMIM ALVES BATISTA AURINO

**ENTRE A MEMÓRIA, OS USOS E APROPRIAÇÕES DO ESPAÇO PÚBLICO EM
CAMPINA GRANDE (PB): UMA LEITURA A PARTIR DA PERCEPÇÃO DA
GESTÃO DO PARQUE DA LIBERDADE**

Trabalho de Conclusão de Curso apresentado a
Coordenação do Curso de Licenciatura plena
em Sociologia da Universidade Estadual da
Paraíba, como requisito parcial à obtenção do
título de licenciada em Sociologia.

Área de concentração: Sociologia Urbana.

Orientadora: Prof^ª. Dra. Maria Jackeline Feitosa Carvalho.

**CAMPINA GRANDE - PB
2020**

É expressamente proibido a comercialização deste documento, tanto na forma impressa como eletrônica. Sua reprodução total ou parcial é permitida exclusivamente para fins acadêmicos e científicos, desde que na reprodução figure a identificação do

A928e Aurino, Yasmim Alves Batista.

Entre a memória, os usos e apropriações do espaço público em Campina Grande (PB) [manuscrito] : uma leitura a partir da percepção da gestão do Parque da Liberdade / Yasmim Alves Batista Aurino. - 2020.

43 p. : il. colorido. Digitado.

Trabalho de Conclusão de Curso
(Graduação em

Sociologia) - Universidade Estadual da Paraíba, Centro de Educação , 2020.

"Orientação : Profa. Ma. Maria Jackeline Feitosa Carvalho ,
COORDENAÇÃO DO CURSO DE SOCIOLOGIA - CEDUC."

1. Espaço público. 2. Parque urbano. 3.
Planejamento urbano. 4. Lazer. I. Título

21. ed. CDD 712.5

YASMIM ALVES BATISTA AURINO

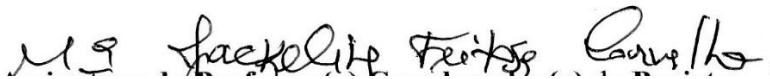
ENTRE A MEMÓRIA, OS USOS E APROPRIAÇÕES DO ESPAÇO PÚBLICO EM
CAMPINA GRANDE (PB): UMA LEITURA A PARTIR DA PERCEPÇÃO DA GESTÃO
DO PARQUE DA LIBERDADE

Trabalho de Conclusão de Curso apresentado a
Coordenação do Curso de Licenciatura plena
em Sociologia da Universidade Estadual da
Paraíba, como requisito parcial à obtenção do
título de licenciada em Sociologia.

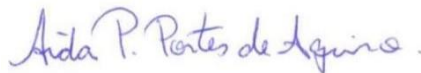
Área de concentração: Sociologia Urbana.

Aprovada em: 09 / 12 /2020

BANCA EXAMINADORA



Prof^a. Dr^a. Maria Jackeline Feitosa Carvalho (Orientadora)
Universidade Estadual da Paraíba (UEPB/DCS)



Prof^a. Dr^a. Aída Paula Pontes de Aquino
Centro Universitário (UNIFACISA / Curso de Arquitetura e Urbanismo)



Prof^o. Dr^o. Arthur Tavares Valverde
Universidade Estadual da Paraíba (UEPB/ DG)

À minha Mãe Vó, *Maria Dalva*.

Meu Avô Jacó Aurino - *Em memória*.

Ao Meu Pai, *Joab Aurino*.

E minha *Família*, por me ensinar que o único trilho a ser traçado é o da educação, e que o amor rompe barreiras.

A vocês, DEDICO.

AGRADECIMENTOS

Agradeço a *Deus*, por não me deixar fraquejar e desistir apesar do caminho ser árduo.

À minha Mãe-Vó, *Maria Dalva*, por me ensinar e apoiar nos meus estudos. Por estar sempre por perto quando mais precisei.

À minha companheira, *Joana Souto*, por me incentivar, me ensinar o sentido de companheirismo e me apoiar nessa caminhada. Você foi essencial nesse processo. A você, todo meu amor!

Ao meu Pai, *Joab Aurino*, por sempre incentivar.

À minha Mãe *Patrícia Alves*, por ser uma mulher forte e me passar confiança e carinho nesse caminho.

À minha Professora e Orientadora *Maria Jackeline* pelas leituras sugeridas ao longo dessa Orientação e pela dedicação. Dedicação essa que foi para além dessa Orientação, via aprofundamento da experiência da Pesquisa.

As professoras Waltimar Lula e Nerize por me incentivarem e serem luz durante todo o curso.

Agradeço a todos que fazem parte do Grupo de Estudos Sobre o Urbano (GEUR/UEPB). Aqui especialmente à *Mariana Karina e Vandriely* que me ajudaram no processo e obtenção de dados pertinentes à Pesquisa da Iniciação Científica, no GEUR pude refletir sobre as reais vivências do mundo urbano.

Agradeço a oportunidade que o *Programa Institucional de Bolsas de Iniciação Científica (PIBIC)* me concedeu em ser bolsista, através da experiência de pesquisa pude reorientar o meu olhar acadêmico e social.

À Banca de Defesa, Prof^a Aída Paula e Prof^o Arthur Tavares, pela colaboração e leitura do TCC.

Às minhas amigas, *Marconeide de Araújo* que por um longo tempo pude dividir e compartilhar minhas experiências acadêmicas que me fizeram melhorar nesse percurso e a *Karina Dantas* que sempre me incentivou com suas palavras de conforto e carinho.

Às minhas colegas de sala, Debora Farias e Paula Morais por não me deixarem desanimar e serem fontes essenciais de força nesse momento. Amo vocês.

Por fim, agradeço a todos que direta ou indiretamente fizeram dos meus últimos anos algo mais significativo e divertido. Apenas gratidão!

“Refletir sobre a urbanidade em suas relações de civilidade, práticas urbanas, inseridas em uma dupla dimensão socioespacial torna-se urgente e fundamental para representarmos as formas de atuação, gestão e planejamento de nossas cidades.” – Jovanka Scocuglia

RESUMO

A presente pesquisa visa socializar o debate atual sobre o lazer no Brasil, os usos e apropriações no espaço público e, também, o planejamento urbano desses espaços, entendendo a cidade para além da sua materialidade. Assim, o trabalho tem como *Objetivo* discutir a relação do espaço público, seus usos e apropriações presentes em Campina Grande (PB), a partir de uma análise específica do Parque da Liberdade. Partindo da discussão sobre o planejamento urbano, colocamos por problemática a seguinte questão: Qual a percepção da atual gestão sobre o Parque da Liberdade? Tendo como pontos de análises: o Espaço Urbano e Espaço Público: uma análise em construção, lazer e consumo e o planejamento urbano e gestão do espaço. Em termos de Metodologia, utilizamos a abordagem qualitativa; a *Análise de Discurso (AD)* dos processos sociológicos do discurso, e a Sociologia da Imagem, de maneira que recorreremos à fotografia para entender as dinâmicas presentes no Parque Urbano da Liberdade. Como Resultados podemos perceber que o Parque se insere em um contexto de intensa valorização do seu entorno além de reinscrever outra narrativa, valorizar e transformar sua localidade se projeta através dele um discurso estratégico que se coloca pela dualidade entre a construção deste equipamento e a memória do que já fora esse lugar.

Palavras Chaves: Espaço público. Parque. Planejamento Urbano.

ABSTRACT

The present research aims to socialize the current debate about leisure in Brazil, the uses and appropriations in the public space and, also, the urban planning of these spaces, understanding the city beyond its materiality. Thus, the work aims to discuss the relationship of public space, its uses and appropriations present in Campina Grande (PB), from a specific analysis of Parque da Liberdade. Starting from the discussion about urban planning, we raised the following question as a problem: What is the perception of the current management about Parque da Liberdade? Having as points of analysis: the Urban Space and Public Space: an analysis in construction, leisure and consumption and the urban planning and space management. In terms of Methodology, we use the qualitative approach; Discourse Analysis (AD) of the sociological processes of discourse, and Sociology of Image, so that we resort to photography to understand the dynamics present in the Parque Urbano da Liberdade. As Results we can perceive that the Park is inserted in a context of intense appreciation of its own, in addition to re-inscribing another narrative, valuing and transforming its locality, a strategic discourse is projected. through it that is dual between the construction of this equipment and the memory of what that place had already been.

Keywords: Public place. Park. Urban Planning.

SUMÁRIO

1	INTRODUÇÃO	10
2	ESPAÇO URBANO E ESPAÇO PÚBLICO: UMA ANÁLISE EM CONSTRUÇÃO	12
3	LAZER E CONSUMO	17
4	PLANEJAMENTO URBANO E GESTÃO DO ESPAÇO	20
5	METODOLOGIA	29
5.1	Material e método	29
5.2	Estratégia de ação.....	30
6	RESULTADOS	32
7	CONCLUSÃO	39
	REFERÊNCIAS	41

1. INTRODUÇÃO

O espaço público é um agente de ação voltado para um bem comum, de acesso a todos, da relação de trocas do mercado ao público. É preciso enxergar os espaços além da sua estrutura física e espacial, pois são as interações, as significações, as diversas maneiras de vivências humanas que dão vida aos espaços.

Entender a cidade é ir além da materialidade, do concreto e assim percebê-la como um processo de relações sociais. Assim, as relações sociais se articulam e se concretizam dentro de um determinado espaço, ambos se inter-relacionando constantemente. São as práticas sociais que dão sentido e significado a um determinado espaço. Nesse sentido, estudar o Espaço Público é procurar entender a dinamicidade da cidade em meio a pontos que a representam, sendo estes, econômicos, políticos, sociais e culturais.

A carência de equipamentos públicos de lazer em Campina Grande se faz presente, provocando a disputa entre os grupos sociais que utilizam esses espaços. Deste modo, nossa pesquisa é resultado de uma continuidade de reflexões anteriores, estas que aconteceram através do Programa Institucional de Bolsas de Iniciação Científica - PIBIC, pelos Projetos de Pesquisas dos anos: 2014-2015, 2015-2016, 2016-2017 e 2017-2018, inscritos pelo Grupo de Pesquisas e Estudos Sobre o Urbano (GEUR), investigam temas relacionados ao Lazer e aprofundar discussões sobre os espaços públicos nas *Zonas Sul*¹, *Leste*² e *Oeste*³ de Campina Grande. E aqui especificamente, dando continuidade na análise da *Zona Sul*, a um equipamento que tende a se destacar no contexto local agregando diferentes funções: o *Parque da Liberdade*. Elemento de relevância histórica e memória da cidade de Campina Grande-PB, pois passou de um espaço visto interdito como “lugar de louco” para um espaço de vivências, usos e apropriações.

Em conformidade com os objetivos da pesquisa o trabalho tem como objetivo discutir a relação do espaço público, seus usos e apropriações presentes no *Parque da Liberdade*. Partindo da percepção da gestão, deixando o questionamento de qual seria o olhar da atual gestão sobre o parque? Assim, realizando um debate atual sobre espaço público, a dimensão do lazer também visto como forma de consumo, o planejamento urbano e a gestão desses

¹ Pesquisa PIBIC(2014-2015) que buscou estudar o *Parque da Criança*, localizado Na Zona Sula (Bairro do Catolé), como lugar de sociabilidades e urbanidades. Sob orientação de Maria Jackeline Feitosa Carvalho.

² Pesquisa PIBIC (2015-2016; 2016-2017) que investigou a constituição dos espaços de divertimentos, entretenimentos e de convívio a partir da periferia, isto é, de um Bairro popular de Campina Grande - o José Pinheiro, localizado na Zona Leste. Sob orientação de Maria Jackeline Feitosa Carvalho.

³ Pesquisa PIBIC (2017-2018) que pensou o espaço público a partir da apropriação do Parque Ecológico de Bodocongó e como este de inserem em Campina Grande. Sob orientação de Maria Jackeline Feitosa Carvalho.

espaços com enfoque na análise do ponto de vista da gestão. Em termos de metodologia, utilizamos a abordagem qualitativa; a Análise de Discurso (AD) dos processos sociológicos do discurso, no qual os discursos não podem ser retratados a partir da descrição de um simples texto, com um único sentido, destacando como os sujeitos narram e se narram na cidade; e a Sociologia da Imagem, de maneira que recorreremos à fotografia para entender as dinâmicas presentes no Parque da Liberdade.

O *Parque da Liberdade* está localizado no bairro da Liberdade em Campina Grande-PB e atende diversos bairros da cidade como Catolé, Santa Rosa, Tambor, dentre outros. Em relação a atender as necessidades de lazer na Zona Sul da cidade, afirma o secretário da Secretaria (SEJEL)⁴:

De lado do *Parque da Liberdade* nós temos a praça do cascudo, com um hectare. Nós temos mais na frente a Praça do Raul Córdula, que é a Joacyr Oliveira. Nós temos que criar mais espaços de lazer, é a ociosidade que tá levando a juventude a fazer besteira, a usar drogas, é... coisas absurdas, com os idosos, com depressão, com todas as doenças crônicas só o parque ainda é pouco para aquela comunidade! (Pesquisa PIBIC, 2018-2019)⁵.

Este estudo também se propõe contribuir para o surgimento de novas pesquisas na área, como também patentear a importância das pesquisas urbanas não só na academia, mas também no universo social. Dado que é no espaço público que as múltiplas vivências vão se concretizando de diversas maneiras, e para isso, é preciso pensar o espaço para além da materialidade.

⁴ Secretaria de Esportes, Juventude e Lazer de Campina Grande-PB.

⁵ A Pesquisa (2018-2019) **Da loucura como memória a um espaço público de apropriação**: as especificidades do *parque da liberdade* (campina grade-PB), buscou entender a historicidade do espaço onde foi construído o *Parque Urbano da Liberdade* através de sua relação com a memória desse lugar. Sob orientação de Maria Jackeline Feitosa Carvalho.

2. ESPAÇO URBANO E ESPAÇO PÚBLICO: UMA ANÁLISE EM CONSTRUÇÃO

Podemos notar uma complexidade quanto ao conceito de espaço urbano, pois há uma série de fatores históricos e sociais que definem e mudam o viver na realidade urbana. As inovações tecnológicas, as novas maneiras de se comunicar e de governar inovam o cenário da urbanidade ao longo do tempo. Podemos perceber que há uma dialética entre espaço e sociedade, ou seja, essa prática urbana é a reprodução das relações sociais.

Para Marcellino (2008), o espaço urbano é o espaço para o lazer, assim as cidades vão se constituindo dentro desses contextos, equipamentos de lazer e também espaços para morar e trabalhar. É através dessa interligação entre cidade e lazer que as práticas sociais se efetuam. Assim, a cidade é um espaço de fruição econômica e cultural da manifestação humana, de modo que o lazer se constitui como um direito social. O espaço para o lazer precisa necessariamente está vinculado com a vida humana para que se torne algo prazeroso.

É importante entendermos que os espaços públicos, ao longo do tempo, passaram por transformações de usos (economicamente, politicamente, culturalmente e socialmente) no que se refere ao processo de construção das cidades e que envolve notadamente a questão do mercado. Nesse sentido, podemos afirmar que

o espaço urbano é entendido como palco de difusão de ideias, hábitos, valores, comportamentos, entre outros, sob a lógica da dinâmica do modo de produção capitalista, meramente economicista, que concebe a cidade como espaço do capital em que as contradições são produzidas e reproduzidas. (VALE, 2009, p. 6).

É nesse contexto de produção e reprodução dos modos de viver articulados e influenciados pela dinâmica do capitalismo que o espaço público se constitui e reconstitui-se. Nesse sentido, o espaço público contemporâneo é marcado pela mercantilização das relações. Cada vez mais o mercado vem se apropriando dos espaços públicos e o tornando um ambiente voltado para o consumo.

Dessa forma, podemos observar que as relações sociais estão sofrendo uma transformação significativa por um uso intensivo das tecnologias, sendo estas responsáveis por uma redefinição do espaço público. As pessoas preferem cada vez mais viver em um mundo tido como *seu* do que se relacionar face a face com outras pessoas⁶, acarretando o que na perspectiva de algumas análises se denota como erosão do espaço público, já em outras linhas de análises percebe-se o seu alargamento pela própria redefinição deste espaço. Em

⁶ Ver o artigo *O pessoal é digital* do Slavoj Žižek publicado pela revista on-line IHU.

termos mais gerais, isso tende a fortalecer o individualismo e aumentar os contatos superficiais.

Na obra *Origens do Totalitarismo*⁷, Hannah Arendt menciona sobre a erosão do espaço público, trazendo a imagem do homem preso à sua individualidade, assim sem prática da ação política na esfera pública. De acordo com SILVA (2017):

Arendt que identifica a origem dessa situação de dismantelamento do espaço público, na condição de razões preponderantes, em alguns fatores de ordem social e política que se apresentaram nos contextos históricos dos estados europeus no período que antecedeu a segunda grande guerra, como o surgimento de uma sociedade de massas, o atomismo social, e o débâcle da ideia de Estado-nação. São fatores que levaram a um estado de apatia, ao surgimento de homem não reflexivo, circunspecto, comum, incapaz de uma participação política ativa no espaço público.

Por outro lado, tratando da pluralidade do espaço contemporâneo, Guedes (2010) aponta no sentido de Bernard Miège (1999)⁸, este que enfatiza a permanência do espaço público mesmo com a diminuição de sua função, ampliando-se com a participação social de modos diversos, e por isso, sua tendência de fragmentação.

Nessa perspectiva, o espaço público é, portanto, um agente de ação voltado para um bem comum de acesso a todos, da relação de trocas do público ao privado como apropriação da cidade, do direito à cidade. Nesse sentido, para Carlos (2004), refletir sobre a cidade é refletir sobre a prática social e espacial pelos modos de vida da cidade como maneiras e condições de apropriação.

De tal modo, entender a cidade se torna um fator para além da materialidade, do concreto, percebendo-a como uma complexa trama de relações sociais. Logo, onde há um espaço há uma relação social, são as práticas sociais que dão sentidos e significados a um determinado espaço. Estudar o espaço público é procurar entender a dinamicidade da cidade em meio a pontos que a representam, ou seja, a dinamicidade está representada em termos econômicos, políticos, sociais e culturais.

As cidades estão em constantes transformações no tempo e no espaço e é através dessa reconfiguração do espaço que as relações sociais vão (re)criando diferentes modos de uso e apropriações no lócus urbano. A cidade vista de forma múltipla, segundo sua diversidade e cultura, formas de usos e vivências que inserem produções e concepções que trazem grupos e múltiplos sujeitos que fazem parte e enunciam a cena urbana.

As inovações tecnológicas e a globalização influenciam o setor produtivo e o Estado.

⁷ ARENDT, Hannah. **Origens do totalitarismo**. Companhia das Letras: São Paulo, 2012.

⁸ GUEDES, E. N. Espaço público contemporâneo: pluralidade de vozes e interesses. **Biblioteca online de Ciências da Comunicação**, UFMA, 2010, p.1-16.

Houve mudanças no início da década de 1980 nos instrumentos gerenciais, foram implementadas no contexto do gerencialismo puro. Para Giddens (2003), há uma tentativa de ultrapassar o velho modelo de sociedade, que seria a sociedade tradicional/ocidental. E para isso, necessário se faz a formação de um novo Estado democrático que se fundamenta em bases, sendo elas:

A descentralização do poder, agora entendida com a relação entre Estados-nações no contexto de economias globalizadas; o aumento da eficiência na ação governamental como forma de afirmar a competência do Estado na sociedade de mercado; a dupla democratização, representada, de um lado, para ampliação de mecanismos de democracia direta e de descentralização do poder para esferas locais, e, de outro, pela possibilidade de tais mecanismos interferirem de fato nas decisões, agora globais; a renovação da esfera pública por meio do aumento da transparência; e a disposição do Estado de atuar como administrador de riscos, o que significa expor suas ações de políticas ao debate público e submeter-se a ele. (RODRIGUES, 2008, p.176).

Ainda de acordo com Rodrigues (2008) em diálogo com Manuel Castells (1999), aponta que ainda vivemos uma passagem da sociedade industrial para a sociedade informacional, convivendo com mudanças significativas, como as novas tecnologias, economia informacional globalizada, influência na cultura virtual, dentre outras. Assim, o teórico a nomeia como *Sociedade em Rede*, considerando sua análise atual. Destacando que a revolução tecnológica está remodelando a sociedade rapidamente e que se faz necessário saber como usá-la, de tal forma que o autor chega a afirmar que a própria tecnologia é a sociedade. A sociedade das novas tecnologias são um conjunto de redes e que as relações entre os atores podem ser diversas e não características das relações de mercado.

Dessa forma, a cidade é um espaço em que há uma construção de significados e vivências e o sujeito deve se perceber como fonte da construção de territórios próprios, em um sentido de direito, ou seja, tomar para si. Tais construções podem atravessar as histórias, memórias, experiências individuais e coletivas. A esse respeito disso, podemos denominar as *práticas de territorialidade*, visto que:

As relações que os indivíduos estabelecem entre si configuram-se espacialmente. São processos de subjetivação individual e coletiva e não relações funcionais do tipo uso ou relações de uso: aqui lugar de morar, aqui lugar de trabalhar, aqui lugar de circular. Estas seriam relações puramente funcionais; só que a cidade não é isso, ou não é só isso. Para além delas existe todo o processo de significação, de percepção e de construção desta territorialidade. Então, uma rua, para além de ser um lugar aonde se passa ou se deixar de passar, uma está carregada de história, está carregada de memória, está carregada de experiências que o sujeito teve, que o seu grupo teve e que a história de seu grupo naquele espaço teve. (ROLNIK, 1992 apud SOUZA, 2006, p. 107).

Assim, se torna possível entender a lógica de construção das cidades, e nesse trabalho temos por foco o espaço público de um equipamento de lazer. A prática do lazer é comum,

acionada por diferentes práticas e graus de apropriação dos espaços, variando por sua facilidade de propagação nos diversos meios de comunicação. É imprescindível a interligação entre o lazer e a cidade, pois é através deste espaço da cidade que se concretizam os equipamentos para a promoção do lazer, mas não há como existir esses equipamentos sem um determinado espaço.

É possível se exercer atividades de lazer sem um equipamento, mas não é possível o lazer sem a existência de um espaço. Democratizar o lazer implica em democratizar o espaço. Muito embora os equipamentos construídos exerçam atração nas atividades desenvolvidas no lazer, deve-se considerar que, para a efetivação das suas características é necessário, antes de tudo, que ao tempo disponível corresponda um espaço disponível. (MARCELLINO, 2007, p.15).

O parque urbano, tal como concebido hoje, é um fator influente da cidade moderna em constante releitura. Dentro da realidade social brasileira é fundamental compreendermos que os espaços públicos obtiveram grande influência religiosa, de tal modo que, os acontecimentos realizados em espaços públicos eram prioritariamente religiosos e as pessoas mal saíam de suas casas. Mas com a complexidade das cidades o espaço público vem sofrendo alterações. Isso acontece devido ao modo de vida rural ir perdendo cada vez mais espaço para o modo de vida urbano.

No século XVIII, o espaço público no Brasil ganhava mais diversidade, no qual em algumas cidades como Rio de Janeiro, Salvador e Belém começaram a ser construídos os passeios públicos e praças, assim as ruas foram se movimentando através do comércio. Era possível observar também semelhanças do meio rural com o meio urbano, onde a vida cidadina não abandona certos traços culturais do campo.

Nessa diferença entre rural e urbano a rua representa perigo ao ser ocupada principalmente por pobres, negros, escravos ou libertos que lutaram drasticamente para sobreviver e ocupar um lugar na sociedade. É notável que historicamente no Brasil, os diferentes desafios sociais e culturais, destacando as categorias de gênero, raça, etnia, classe... sempre esteve arraigado numa marginalização das ruas. As mulheres brancas evitavam os espaços públicos. Pois as pessoas que ocupavam tais espaços corrompiam a “boa moral familiar”.⁹ Ou seja, a formação da construção urbana no Brasil no faz pensar na fragilidade da relação entre público e privado. Conforme ressalta Freyre em *Sobrados e Mucambos* (1936), e Damatta (1984) em sua obra *A casa e a Rua*.

Portanto, a dinamicidade no espaço público tem como consequência as relações culturais e sociais, pelas diferentes formas que tais espaços se constituíram no Brasil,

⁹ LEITÃO, Lúcia. **Quando o ambiente é hostil**. Recife. UFPE, 2009, p.164.

tornando a esfera pública frágil e distorcida, ocasionando consequências na maneira de se relacionar consigo e com o espaço, causando interferência no reconhecimento do bem público acarretando a desvalorização do espaço público nas cidades brasileiras.

Nesse sentido, podemos perceber que inicialmente os parques surgem como forma de controle, depois como lazer e, contemporaneamente, acionado pelo discurso da qualidade de vida e da saúde. Surge com relativa frequência novos parques, com diversas funções, mesmo que em dimensões menores pela escassez e alto custo da terra. Assim, esses espaços vão atendendo diferentes perspectivas do lazer, em sua maioria incorporadas a uma lógica cultural e esportiva em relação aos primeiros grandes parques, antes voltados para o lazer contemplativo.

Na cidade contemporânea, o parque público é um meio de controle social, sobretudo nas novas classes médias, destino final das políticas públicas, que, em última instância, procuram multiplicar o consumo e valorizar o solo urbano nos locais onde são aplicadas. Mais precisamente, as novas classes médias são representadas, nas cidades contemporâneas, pelos novos grupos de trabalhadores qualificados, engenheiros e técnicos, que surgem em função da evolução das condições de produção, pelas classes médias assalariadas com um nível elevado de estudos, pelas novas (ou renovadas) categorias profissionais, ou simplesmente, pelo setor terciário inteiro, salvo evidentemente “o novo proletariado” terciário, constituído de categorias de trabalhadores poucos qualificados, mal remunerados e/ou com empregos precários. (SERPA, 2011, p. 21).

Os discursos oficiais trazem uma imagem positiva sobre a implantação de novos parques para os habitantes de determinada área, como a valorização do local e a melhoria da qualidade de vida para as gerações futuras, de acordo com Serpa (2011), esses equipamentos ressaltam as mais diversas vantagens para os habitantes das cidades.

Em um estudo realizado sobre o uso dos parques urbanos em Paris e Salvador, o teórico citado acima, observou que há uma oposição entre o discurso e a prática do poder público, pois muita das vezes os equipamentos não condizem com as condições sociais, culturais e econômicas oferecidos aquela população ou sua distribuição se dá de maneira desigual. O autor discute que para Nebout (1986) é preciso preservar o lugar para que outras gerações possam fazer uso com prazer do equipamento, enriquecê-lo, pois as pessoas sempre pedirão novas melhorias e buscarão animá-lo para que seja local de diversão também. Conforme veremos a seguir, na próxima discussão sobre lazer e consumo.

3. LAZER E CONSUMO

O lazer e o consumo marcam o avanço das transformações urbanas que modificam áreas deterioradas da cidade, recuperando-as e as integrando com o meio. Porém, isso não ocorre de fato, pois os espaços privados vêm cada vez mais tomando o uso característico dos espaços públicos para difundir-se. Assim, acaba por diminuir as características próprias de acessibilidade dos equipamentos públicos que, em seu real conceito, é de direito de todos e para todos. É nesse sentido que podemos destacar e observar a cidade tida para alguns, tornando a cidade real um fator excludente, esta que deveria ser construída de forma democrática para todos e todas.

O consumo passou a ditar projetos e formas no espaço e o lazer passou a integrar o rol do consumo. Porém esse consumo e, conseqüentemente, essa mercadoria são dominados por poucos, trazendo então uma diferenciação na forma em que a população mais precária se apropria desses espaços. Isso se torna um problema que impõe barreiras nas relações sociais e fere a construção social dos espaços. Desse modo, para Serpa (2011) o espaço público acaba por se tornar objeto de consumo girando em torno da lógica do capitalismo pela estratégia da requalificação urbana¹⁰ e do mercado imobiliário deixando de lado as demandas necessárias das populações.

A dualidade entre a construção dos parques públicos e a realidade dos habitantes do local se dá pela forma do que é projetado de cima para baixo, tornando-se uma imposição e não uma escolha local, não sendo apenas um problema a construção de projetos, mas a forma que se originam, discursiva e politicamente. Essa lógica provoca a inversão da cidade e sua maneira de funcionar, ou seja, a cidade produção se vira para a cidade consumo.

O lazer é um tema transversal e por isso cresce a necessidade em campo de incorporar diversos programas e projetos sociais. O lazer também passa a ser visto como mercadoria, meio de consumo, no qual os espaços e equipamentos de lazer passam a ter uma tendência de privatização. Por isso se torna importante o olhar mais rigoroso do poder estatal para que seja entendido a real importância dos espaços e equipamentos de lazer para o crescimento e melhoramento da cidade, pois estes trazem benefícios para a população.

Nesse sentido, a acessibilidade dos espaços não é somente física, mas também simbólica, pois a maneira que as pessoas se apropriam dos espaços públicos ultrapassam a questão do design físico, ou seja, daquilo que é concreto. Um espaço público não deve ter

¹⁰ Aqui destacado como um processo de melhorias, recuperação de um espaço antes abandonado, deteriorado ou não utilizado, para criação de novos usos e apropriação.

apenas o significado de acesso a todos. É necessário algo mais que isso, que vá além das suas características físicas para fins coletivos.

O processo de apropriação espacial define uma acessibilidade fortemente simbólica. Visto que, a interligação entre a acessibilidade e alteridade tem uma clara distinção de classe presente na questão de territorialidade dos espaços públicos urbanos. A alteridade se expressa nessa dimensão de classe e define uma identidade social. Alteridade essa que se torna paradoxal em espaços públicos urbanos, pois a interação entre o sujeito e o *outro* é extremamente fragmentada.

Desse modo, nos espaços públicos contemporâneos a acessibilidade é de longe hierárquica, e como reforça ainda Serpa (2011) o conceito de *habitus*¹¹ é importante à compreensão de como as proporções de classe atua sobre cada indivíduo no campo cultural.

O acesso ao espaço se dá desde a sua condição inicial e a forma do seu planejamento, até o seu uso e apropriação do mesmo. De acordo com Serpa (2011), fazendo referência a Lefebvre (2000), podemos nos deparar com três tipos de acessos: visual, físico e o simbólico. O acesso visual é repetitivo em que se confundem o olhar e a visão, a quantidade de informações que um local transmite a quem o vê. O acesso físico é o concreto, no qual inexistem barreiras mesmo que arquitetônicas, isto é, o trajeto. O acesso simbólico são os sinais que indicam ao indivíduo as informações sobre aquele determinado local, ou seja, ligados ao seu público alvo.

Em termos mais gerais, observamos que hoje o parque público ainda se situa como um controle social, principalmente nas novas classes médias. Tendo em vista que,

na cidade contemporânea, o parque público é um meio de controle social, sobretudo nas novas classes médias, destino final das políticas públicas, que, em última instância, procuram multiplicar o consumo e valorizar o solo urbano nos locais onde são aplicadas. Mais precisamente, as novas classes médias são representadas, nas cidades contemporâneas, pelos novos grupos de trabalhadores qualificados, engenheiros e técnicos, que surgem em função da evolução das condições de produção, pelas classes médias assalariadas com um nível elevado de estudos, pelas novas (ou renovadas) categorias profissionais, ou simplesmente, pelo setor terciário inteiro, salvo evidentemente “o novo proletariado” terciário, constituído de categorias de trabalhadores poucos qualificados, mal remunerados e/ou com empregos precários. (SERPA, 2011, p. 21).

Dessa maneira, as políticas públicas voltam os olhares para implementação dos parques urbanos visando o aumento do consumo, sendo este uma forma de valorização do solo urbano onde esse projeto é aplicado. Nesse sentido, podemos observar que ao redor do *Parque da Liberdade* está repleto de empreendimentos imobiliários que valorizam a

¹¹ Ver BOURDIEU, 2010.

localidade em que o parque está inserido. Com isso, é preciso levarmos em consideração a forma como são pensados o planejamento desses parques. Visto que, a acessibilidade é um direito que possibilita a autonomia do indivíduo para que este possa exercer seus direitos de cidadania e participação social.

4. PLANEJAMENTO URBANO E GESTÃO DO ESPAÇO

Uma das marcas contemporâneas da construção urbana no Brasil se encontra na formulação e execução do planejamento urbano voltado às cidades brasileiras, com o uso do espaço público, tantas vezes ignorado por um planejamento racionalista e tecnocrático, que descolado da realidade, desconsidera a diferenciação espacial acerca das relações sociais no cenário brasileiro. Tendo muitas vezes em seu cerne uma concepção das políticas de planejamento: centralizadas, verticalizadas, sem participação, e, tantas vezes, autoritária. Que se impõe e desconsidera as marcas da ambiguidade e conflitos entre o espaço público e privado nas cidades brasileiras.

Jane Jacobs em sua obra “morte e vida de grandes cidades”¹² levanta uma crítica ao desenvolvimento do planejamento urbano nas cidades e as concepções de reurbanização em contraparte às questões de natureza socioeconômicas. Com foco na função e necessidades das cidades para a concentração de informações em favor das orientações compreensivas para o planejamento urbano. Para a autora, a cidade é um grande personagem de esboço em que a teoria deveria ser posta em prática, estudada, investigada e explorada, para que se encontrem os possíveis erros a serem melhorados, e isso na prática não acontece.

É preciso que os projetos urbanos sejam mais sensíveis, se atendo às necessidades da realidade local onde se incorpora. Pois as experiências urbanas constituem elementos ao ambiente, esses capazes de gerar e de se trabalhar sensibilidades culturais. As maneiras como os espaços de uma cidade são organizadas, estes são capazes de produzir uma base material para se pensar e realizar novos sentidos e práticas sociais.

Há de ser analisada à luz da conjuntura de cada momento, ou seja, a conveniência da elaboração de planos urbanísticos dependerá sempre das arenas de disputa política existentes e de seus atores, bem como da ideologia dominante, da situação econômica e do grau de mobilização da sociedade civil, dentre outros aspectos. (CAPACIDADES, 2017, p. 07).

Tomando por base a prática que tem caracterizado as políticas de planejamento da cidade sobre o uso de seus espaços público, de tal modo, que o lazer também poderá contribuir para o processo de preservação e revitalização do patrimônio. A participação comunitária cumpre papel bastante importante para esse reconhecimento de preservação,

¹² JACOBJS, Jane. **Morte e vida de grandes cidades**. 3 ed. São Paulo: Editora WMF Martins Fontes, 2011. p. 296.

valorização e revitalização urbana¹³ contribuindo também para uma maior vivência da cidade.

A “revalorização” do passado tem se destacado no cenário atual com a determinação de preservação da memória urbana. É preciso um enfoque sobre a natureza geral do que está por trás da valorização atual do passado relacionando ao que se entende sobre a memória das cidades. Com o surgimento de novas identidades entre mulheres e homens no final do século XX e as novas formas espaciais que se dão de maneira mais intensa nos mais diversos âmbitos, podemos notar que essa valorização se dá de diferentes maneiras pelo mundo inteiro. Várias concepções servem como orientação de análise para o entendimento do cenário atual. Tal como,

HARVEY (1989), por exemplo, analisa-o como um período de máxima "compressão espaço-tempo". GIDDENS (1989) refere-se ao "esvaziamento do tempo" que ele incorpora. SANTOS (1994: 178), por sua vez, apontou para a contemporaneidade simultânea e compulsória que o momento atual vem exigindo de todas as sociedades. VIRILIO (1984) chegou mesmo a radicalizar, dizendo que estamos vivendo um período em que o espaço foi abolido, em que só o tempo existiria. (ABREU, 1998, p. 79).

Nesse sentido, o cenário atual está fundamentado em várias interpretações do passado. A exclusão do lugar em quanto força para uma singularidade reforça ainda mais a diferenciação de cada lugar/espaço. Assim, o passado se torna uma dimensão primordial da particularidade humana. A diferenciação de cada lugar se dá pela preservação das tradições das sociedades anteriores. Em relação ao Parque estudado, relata um dos frequentadores em relação à memória daquele lugar:

Que eu me ‘lembre’... Se eu me recordo né aqui era uma... Um hospital né, psiquiatra? (um negócio assim!) Acho que era não lembro muito bem não. João Ribeiro, né? Era? [...] É! Eu acho que... [riso] não sei muito bem o que falar! *Acho que foi legal né! Tirar um prédio que tava abandonado né, que não tinha ninguém*, assim, tipo era as pessoas que vinham fazer alguma coisa (...) errada, algo do tipo, pra destruir *pra tá fazendo um lazer né* que , como você tá vendo aqui né, as pessoas utilizam pra brincar, *eu ‘mermo’ utilizo pra fazer uma célula, pra passar a Palavra* né, agora [tá] as pessoas tão ‘pudendo’ se divertir, ter um lazer. Que antigamente era um prédio abandonado, você só [só] utilizava pra fazer coisa ruim aqui dentro; que eu me lembro né! [certo!][certo!] Não tinha muita utilidade! (PIBIC, 2019, grifo nosso).

Desse modo, podemos perceber a importância da memória articulada a um determinado espaço para que possamos perceber a variação do uso daquele lugar ligado as transformações ocorridas através do tempo. O Brasil é um país de cidades novas, sua maioria se constitui neste século. Porém há cidades que se encontram nele há tempos. E como afirma

¹³ Processo de criação de novos sentidos para um local, bairro ou cidade, antes visto como acabado ou que de certa forma incomoda, no sentido de não atrair o mercado imobiliário e no sentido de que estavam deterioradas com populações de baixa renda em sua localidade.

Abreu (1998) “poucas são as cidades brasileiras que apresentam vestígios materiais consideráveis do passado”. Mesmo as mais antigas cidades como Rio de Janeiro, São Paulo, Olinda, Salvador, Ouro Preto. Em resumo, não é comum a preservação de vestígios concretos do passado nas cidades brasileiras.

O passado sempre esteve em constante contato com o progresso das sociedades, com o presente e a ideia do futuro, sendo não este o caso do Brasil. Assim, o teórico Abreu (1998) se baseava na ideia de vergonha do passado, porém o Brasil era visto como “país do futuro” que se expandiu durante o período da República. Isso explica o fato de nessa mesma época se intensificar com bastante êxito as reformas urbanísticas, a valorização era para o novo, transformando radicalmente a aparência de diversas cidades brasileiras.

Entretanto, há um fato novo acontecendo no país, porém é importante deixar claro que esse “resgate” e “redescoberta” do patrimônio se dá muito em função de que o patrimônio passa a ser pensado pelas políticas de mercado. Sendo assim, com a mudança na forma de se relacionar com a memória da cidade, as cidades brasileiras vêm buscando resgatar o que sobrou do seu passado. E esse desejo de permanência do passado pode ser identificada como uma “memória urbana” que se expande de maneira diversificada nos dias atuais. A memória urbana, portanto, tem um papel fundamental para a construção da identidade de um lugar.

Para melhor entender sobre a memória urbana é preciso falar sobre duas dimensões da memória: a memória individual e a memória coletiva. A memória individual contribui para o resgate da memória das cidades, na qual o indivíduo através das lembranças traz de volta formas espaciais que já desapareceram, registrando assim traços do que já houve ou aconteceu naquele espaço. Já a memória coletiva é o pensamento que está vivo no grupo, que é compartilhado por um coletivo durante muito tempo e que está em constante redefinição. É a memória viva! As vivências na cidade dão origem a memória coletiva. Não há memória coletiva sem um espaço. É portanto, a memória coletiva, a memória da cidade, a memória do lugar.

A memória é uma categoria seletiva já a história é objetiva, busca a verdade para recuperar a memória, sempre reavaliando para o melhor esclarecimento dessa investigação da memória. O que é essencial se ater na importância de recuperar a memória das cidades não somente pela memória herdada, mas também pelas instituições de memórias. Pois as memórias coletivas se eternizam muito mais em documentos.

O que seria então essa memória urbana? A lembrança de um determinado lugar que são reapropriados pela sociedade sem necessariamente se ater a um lugar específico. E a

memória da cidade seriam as lembranças de uma base material que se produz a cada dia. Nas palavras do teórico:

[...]a "memória urbana", que a nosso ver trata do estoque de lembranças do modo de vida urbano per se, sem obrigação de relaciona-las a uma base material particular, a um lugar específico, e a "memória da cidade", que referencia obrigatoriamente essas mesmas lembranças a uma base material precisa, a um determinado lugar. (ABREU, 1998, p. 89).

Recuperar a memória de um lugar é difícil, pois há várias questões que se articulam para a efetivação da mesma, a memória individual, memória coletiva que se perde no tempo, as mudanças dos processos históricos, são fatos que interferem e constituem a memória das cidades trazendo à tona a revalorização de um passado que estava “perdido”.

Assim, os equipamentos de lazer passam a ser ressignificados com novas adaptações e modos de usos pela população que se apropriam desses equipamentos e diferindo seu planejamento inicial. Sua vinculação com a comunidade local melhora a qualidade de vida e provoca a convivência entre os indivíduos. “No processo de planejamento de um equipamento específico de lazer, antes de construí-lo, é preciso conhecer quais são as aspirações e necessidades da comunidade em questão.” (MARCELLINO; BARBOSA; MARIANO, 2008, p.143). Para que assim saibam o tipo de equipamento que deve ser construído, sendo este de acordo com as necessidades culturais, sociais e econômicas do lugar.

Nesse sentido, podemos dizer que nesse processo de articulação entre indivíduo e espaço surgem também os conflitos, constantes e intensos. Assim, é preciso um grau de sensibilidade ao pensar sobre a cidade para que haja meios de acessibilidade diversificados de acordo com o meio em que esta está inserida, para isso é necessário um planejamento que seja sensível.

Em termos locais a discussão sobre lazer e diversão e suas reconfigurações dos espaços e territórios de Campina Grande entre as décadas de 1920 a 1940 é valorosa, pois é um período de intensas mudanças de seus territórios e na vida em si de seus habitantes que contribuíram imensamente para a reestruturação da cidade.

Sousa (2006) destaca que há uma constituição de três áreas nesse período: a área central, a zona do meretrício e os subúrbios. Assim, a cidade vai se constituindo em torno da desigualdade social formando áreas suburbanas e periféricas longe ou no entorno dos centros.

Notamos que:

nesse movimento, de construção de uma cidade que tivesse plasticidade e reproduzisse seus valores e posições de poder, iam nomeando e criando lugares lícitos e ilícitos. Bairros finos e “bairros baixos”, bairros comerciais, de trabalhadores morigerados, de homens de bem e “bairros ambíguos”, suspeitos. Embaralhar essa cartografia significava desafiar a boa sociedade. (SOUSA, 2006.

p.121).

Embora já fosse típico esse discurso no Brasil desde o século XX, essa divisão é, de certa forma, um reforçar dos interesses das elites como a reprodução de seus ideais e projetos presentes nos discursos campinenses. Uma campina ambígua, com um extenso lugar de expansão e mazelas predominante de uma narrativa onde o progresso e a civilização prevaleciam, interpondo seus valores e interesses hierarquizando os territórios de sua forma.

Entretanto, as pessoas populares burlam as regras que a sociedade elitista impõe sobre a cidade dirigindo-se a territórios que “não se podem” ir, saem de seus territórios para explorar áreas centrais, ruas compostas por cidadãos ditos educados que caminham na busca do lazer, comércio e trabalho.

Os usos do espaço urbano e das ruas de Campina Grande vão se constituindo de forma seletiva e com marcas próprias. Mesmo quando o desejo era uma busca pelo “progresso da civilização”, as classes elitizadas se sentiam “ameaçadas” por outros atores da cidade que moravam longe do centro em espaços ditos-ilegais. Portanto, a camada mais pobre da cidade acaba por ser cada vez mais segregada e afastada de serviços e equipamentos.

Nesse contexto, a cidade vai sendo tecida de maneira desigual e seu crescimento acontece acelerado vai provocando a centralização de equipamentos específicos; como teatros, cinemas, bibliotecas em locais que fragmentam os seus usuários e dificultam a utilização de equipamentos não específicos como: bares, escolas, o próprio lar, dentre outros. É importante perceber que a camada mais pobre da cidade acaba mais segregada e afastada de serviços e equipamentos.

Os equipamentos urbanos implementados na cidade nos anos de 1970, podem ser pensados como um novo projeto para o tempo livre dos campinenses, o que se daria mediante o seu chamamento às ruas, mas não de qualquer maneira, e sim, para a utilização de espaços de lazer seguro, educativo e vigiado. (SOUSA, 2002, p. 24).

De tal forma podemos perceber que as condições de acesso ao lazer para os atores marginalizados são mínimas em seu habitat, pois além do lado financeiro tem o fator da distância que torna esse acesso inviável e desgastante. Para Carvalho (2017) o centro principal de Campina Grande marca discursos e disputas nos territórios que redimensiona a maneira de pensar, assim tais impactos transfigura a cidade, mais precisamente, a rua. Compreendendo as mudanças ocorridas no Centro de Campina a autora discute a hierarquização que se dará em torno da tensão entre os ambulantes e o poder público compondo um espaço relevante para a cidade conhecido como Os Calçadões. Podemos observar nas imagens abaixo as transformações do espaço em Campina a partir do ano de 1970.

Figura 1 – Rua Cardo Viera antes do Calçadão.



Figura 2 – Calçadão, 1982.



Fonte: http://cgretalhos.blogspot.com/2009/11/o-calcadao-de-campina-grande.html#.X1o_43IKjIW

Figura 3 – Calçadão 2011.



Fonte: http://cgretalhos.blogspot.com/2009/11/o-calcadao-de-campina-grande.html#.X1o_43IKjIW

Cabe aqui destacar a relevância da discussão sobre os espaços públicos. Sob criação, implementação e a gestão desses espaços para o lazer. Visto que, é pouco notável uma conscientização da população e do Poder Público sobre a idealização, a gestão e o real valor social que os espaços públicos incorporam na sociedade. Como afirma a autora Scocuglia (2012), “O planejamento das cidades necessita entender e explicar “novas ecologias urbanas”, as relações entre o mercado, as instituições e o meio ambiente construído, de modo a explicitar as relações entre “temporalidade do fazer e das coisas”.

É notório que nos últimos anos as possibilidades de geração e criação de parques se intensificaram. No entanto, é insólito encontrar projetos bem elaborados, que sejam completos e, principalmente, concluídos. Como é o caso do *Parque da Liberdade* que se localiza na zona sul de Campina Grande onde antes se encontrava o Hospital Dr, João Ribeiro.

Figura 4: Fachada do antigo Hospital João Ribeiro, 2005.



Fonte: <http://cgretalhos.blogspot.com/2010/03/o-hospital-joao-ribeiro.html#.XR-zmXdFzIV>

Suas obras tiveram início no dia 03 de janeiro de 2015 e sua primeira etapa foi inaugurada no dia 1 de julho de 2016. O parque se intitula pelo nome de “Pedro Vaz Ribeiro – Sindô Ribeiro”, pai do ex-deputado federal Enivaldo Ribeiro e do médico João Ribeiro avô dos deputados Aguinaldo Ribeiro e Daniella Ribeiro.

Com um investimento de mais de R\$ 6 milhões o parque foi construído em uma área de 45 mil m², no bairro da Liberdade, e foi adquirido com recursos da Prefeitura Municipal de Campina Grande. Com uma grande estrutura física, seus equipamentos são voltados para o melhoramento da saúde de seus usuários e principalmente para prática esportiva no intuito de formar atletas. Seu horário de funcionamento é das 5h às 8h da manhã e das 15h às 18h da tarde.

A obra contempla, na sua primeira etapa já construída, uma pista dividida para correr, caminhar e andar de bicicleta, uma academia popular, uma quadra de areia, salas para administração, sanitários, um pequeno parque para as crianças, duas áreas com cobertura e espaços para os usuários sentar e conversar. Suporta também, equipamentos para modalidades olímpicas como, pista de corrida e uma quadra para arremesso de peso.

Sua obra contempla ainda, equipamentos que estão em construção ou serão construídos, como o ginásio poliesportivo destinado a diversas atividades como academia e práticas de esportes, uma pista de skate, um miniteatro para atividades culturais, um minicampo de futebol e um estacionamento.

É sabido que a gestão da política brasileira sofreu modificações nos últimos anos do governo Lula, sendo elas pautadas sobre discussões e redefinições das questões que envolviam os setores sociais, logo, o lazer na contemporaneidade se incluiu como pauta das políticas sociais do Brasil. Um traço de transformações e novas propostas foram operadas na administração pública, e por sua vez, redefiniram o papel do Estado.

É importante destacar que o direito ao lazer foi construído, legitimado e ressignificado no Brasil a partir da década de 1930. Período em que houve intensas mudanças relevantes na área da educação, saúde e assistência social. Foi nesse período que foi lançado aos trabalhadores o “tempo livre” como uma forma de “promover” o lazer. No qual o tempo é valorizado como recompensa e a política de lazer marca as práticas recreativas para o trabalhador.

As décadas de 1960 e 1970 são marcadas pela transformação fervescente na Política Social Brasileira no âmbito das finanças institucionais. O papel que o indivíduo ocupava era através de seus próprios méritos. Nesse sentido, o papel das políticas sociais muda consideravelmente. Duas estratégias foram elaboradas na promoção do lazer que foram: *Campanha de Rua de Recreio* - com atividades de recreio e de esporte nas ruas e praças da cidade e as *Ruas de Recreio*, posteriormente, nomeadas como *Ruas de Lazer*, veiculadas nas décadas seguintes e até os dias atuais como modelo de política pública de lazer; como também atividades relacionadas ao esporte, a prática esportiva e o lazer ligado a tais práticas, esta que por vezes prioriza uma parcela da população que já é privilegiada.

Nos anos 80 a participação popular foi de fundamental importância para o surgimento do lazer como um mercado crescente, mas não deixando de ampliar as desigualdades de acesso culturais promovidos por esse crescimento. Depois de um período ditatorial e de grande repressão é promulgada a Constituição Federal de 1989, esta que inclui o lazer como um direito social.

O lazer tem papel de motivador social e político, é um tempo fora do ambiente que limita o homem, o ambiente laboral cheio de regras, ante um lazer que define a liberdade e a vontade do trabalhador. E como cidadão de direitos, deve ter a possibilidade de usufruir de todos os direitos constitucionalmente oportunizados, como a cultura, a educação, o trabalho, o lazer para satisfação de sua condição humana e o Estado deve garantir esse, pois a pessoa humana é o mais importante valor a ser protegido, da qual se afirmam os valores sociais, éticos, culturais e políticos. (OLIVEIRA, 2010).

Assim, abre-se espaços para refletir sobre conceitos políticos, estatais e sociais relacionados ao lazer. Porém o lazer aqui ainda é visto como utilidade e não como um fator de avanço social para a humanidade.

A partir da década de 1990 até os dias atuais duas tendências entram no foco, uma diz respeito as reformas constitucionais que enfatizam a democracia abrindo espaço para a voz popular nas decisões administrativas públicas. E a outra, que estimulou o governo a garantir efetivamente os direitos sociais. O lazer é visto, primeiramente, como um lazer do consumo, depois é relacionado a diversas políticas sociais com responsabilidade, assim sendo

sua prerrogativa a implementação e construção de promoção de atendimento à população no conjunto de suas realidades. Nesse sentido, o lazer é vinculado as diversas esferas sociais, mas para que ele possa se desenvolver é preciso ser visto com um olhar mais cauteloso por aqueles que detém o poder¹⁴.

¹⁴ O desafio posto ao Estado é de unir os esforços sociais a redes de serviços que possam assegurar direitos com qualidade, cabe situar que isso não tem ocorrido. Como o Ministério do Esporte, extinto no atual governo de Jair Messias Bolsonaro, que desenvolve políticas de lazer que atende as demandas das minorias e as diferenças culturais da população, se consolidando Redes de tomadas de decisão, Redes temáticas ou setoriais e Redes de informação.

5. METODOLOGIA

5.1 Material e métodos

A metodologia empregada na pesquisa foi de *abordagem qualitativa* considerando o processo de dinamicidade da mesma quanto ao objeto estudado, e assim poder afirmar ou refutar o que foi proposto na hipótese para melhor investigação do problema.

Ou seja, ela trabalha com o universo de significados, aspirações, crenças, valores e atitudes, o que corresponde a um espaço mais profundo das relações, dos processos e dos fenômenos que não podem ser reduzidos à operacionalização de variáveis. (MINAYO, 1994, p. 21).

Conduzida por três momentos, a pesquisa se constitui em sua primeira etapa pela fase exploratória com o “objetivo de proporcionar maior familiaridade com o problema levando em consideração os mais variados aspectos relativos ao fato estudado” (GIL, 2009, p. 41).

Assim, no primeiro momento nos remetemos a *leitura teórica* “com base em material já existente, como livros e artigos científicos” (GIL, 2009, p. 44) que permitiu a *pesquisa bibliográfica*, como também sites que discutem sobre o tema para melhor entender o espaço público e o lazer. Pois, a análise das ações públicas presente no Parque articulado no discurso do lazer traduz sentidos e significados trabalhados pela gestão municipal. Isto é, as perspectivas presentes na linguagem dos gestores locais que registram informações pertinentes sobre o Parque.

No segundo momento, foi realizada a *pesquisa de campo e observação* para que pudéssemos perceber na prática, a realidade, permitindo assim percorrer sobre as vivências existentes no objeto estudado. No terceiro e último momento, foi analisado através da observação o que recolhemos durante a pesquisa de campo para o melhor desempenho da pesquisa, ordenando, classificando e analisando propriamente o que está sendo estudado.

Em relação ao método escolhido destaca-se o uso da *Análise de Discurso (AD)* que permite entender que o discurso não pode ser retratado a partir da descrição de um simples texto, com um único sentido, de modo a destacar como os sujeitos narram e se narram na cidade.

A análise do discurso como seu próprio nome indica, não trata da língua, não trata da gramática, embora todas essas coisas lhe interessem. Ela trata do discurso. E a palavra discurso, etimologicamente, tem em si a ideia de curso, de percurso, de correr por, de movimento. O discurso é assim palavra em movimento, prática de linguagem: com o estudo do discurso observa-se o homem falando. (ORLANDI, 2001, p. 15).

Com isso, é possível através dessas narrativas descrever as relações que ocorrem naquele espaço que muitas vezes não é perceptível apenas pela observação, daí a importância da Análise do Discurso, que nos possibilita entender melhor o lugar considerando as falas dos usuários.

5.2 Estratégias de ação

A pesquisa teve por meio da coleta de dados a *Observação Direta* com a técnica da *Entrevista Semiestruturada* em que no momento da *Pesquisa de Campo* foi utilizado o roteiro de entrevista. Assim, por meio da entrevista o entrevistador terá uma maior interação com o entrevistado favorecendo as respostas das perguntas e aproximando mais os mesmos. Foram realizadas duas entrevistas, no ano de 2019, sendo estas com o secretário da Secretária de Esporte, Juventude e Lazer (SEJEL), em um encontro na própria secretaria e a outra com o gestor do parque em uma visita de campo para o melhor entendimento do espaço em estudo e a obtenção dos dados para o objetivo da pesquisa. Também foi utilizada uma entrevista com um usuário do parque da pesquisa PIBIC (2019/2019)¹⁵. Realizamos também uma entrevista no ano de 2020 com o Secretário da SEJEL para atualização dos dados na pesquisa. É importante ressaltar que em meio a atual situação do novo Corona Vírus, a COVID-19, foi utilizado aparatos tecnológicos, como celular para entrevista via WhatsApp para obtenção de mais informações sobre o objeto em análise.

Outro recurso utilizado na pesquisa foi o da *linguagem visual* sobre o espaço analisado, possibilitando entender não só por meio do texto as vivências ocorridas naquele ambiente. Pois não é apenas o visível que se pode ser lido e interpretado, mas aquilo que está fora desta área e ao seu redor. Como podemos ver na imagem a seguir:

¹⁵ Pesquisa (2018-2019) **Da loucura como memória a um espaço público de apropriação**: as especificidades do *parque da liberdade* (campina grade-PB), buscou entender a historicidade do espaço onde foi construído o *Parque Urbano da Liberdade* através de sua relação com a memória desse lugar. Sob orientação de Maria Jackeline Feitosa Carvalho.

Figura 5: Leituras da imagem fotográfica na pesquisa.

Fonte: Pesquisa PIBIC 2018/2019.

Figura 6: Cenário atual

Fonte: Foto autoral (AURINO, 2020)

Assim, as imagens visuais presentes no *Parque da Liberdade* foram situadas pelo uso da fotografia relacionando assim o textual com o visual para a possível análise dos fatos. De acordo com Pereira, (2016, p. 299), “as fotografias possibilitam visualizar detalhes como se o leitor estivesse no local, e indicar uma representação e seleção realizada pelo fotógrafo” (apud BECKER, 1974; 2009).

Nesse sentido, podemos entender que a fotografia não é um objeto neutro, é um objeto que acolhe diversos significados e se relaciona com os discursos. Extraíndo imagens das vivências na cidade e exprimindo muitas informações sobre tal realidade. Diante disso, todo o processo da pesquisa de campo teve a técnica do *Diário de Campo* para o auxílio no registro das experiências e práticas dos moradores e usuários do espaço estudado que foram entrevistados.

6. RESULTADOS

Podemos assim apontar na perspectiva de uma política que se proponha a criar novos equipamentos e espaços, além de recuperar os já existentes, destinando estes a sua função original ou adaptando para outros fins sendo colocados à disposição da realidade de seus usuários, da comunidade local para que haja uma acessibilidade a todos. E assim, se possa articular planejamento/gestão com a comunidade real/local. Sobre a ideia da construção do Parque o Secretário assim coloca:

Foi um trabalho de arte! O *Parque da Liberdade* surgiu de uma coisa impressionante. Ele ia para um leilão [o terreno], ia ser leiloado. Quando ia publicar o leilão, Romero desembargou, o prefeito, que a prefeitura tem prioridade e comprou na justiça por quatro milhões e meio. Que ia ser o valor mínimo que iam colocar para o leilão. Obviamente que o parque, o terreno do parque, valia muito mais de dez, de doze milhões. Romero fez isso, eu estava inclusive com ele, com o procurador Mariz, Romero dentro de quarenta e oito horas providenciou. Foi pago na primeira prestação de quinhentos mil, e as outras prestações foram pagas mensalmente pela secretaria de planejamento do município. O que era um manicômio criou-se um parque de lazer, de saúde e de cidadania. (Pesquisa PIBIC, 2018-2019).

Quando perguntado sobre as atividades que a SEJEL (Secretária de Esporte Juventude e Lazer) desempenha no parque o gestor afirma que a comunidade recebe “atenção básica” e analisa:

A Atenção Básica, ou seja, a Gerência, a Segurança, o Mexe Campina, a Atenção Básica com a saúde, com aferição de pressão, e a orientação aos caminhantes e aos que ali praticam, participam... e isso é o que nós atendemos hoje. Nós coordenamos, gerenciamos e atendemos! (Pesquisa PIBIC, 2018-2019).

É importante destacar aqui que o lazer precisa ser vinculado como esfera humana, que melhora a qualidade de vida e provoca a convivência. O lazer e a segurança precisam ser tratados mais que um mero entretenimento de camuflagem da violência. O lazer contribui para o processo de preservação e revitalização do patrimônio e a participação comunitária cumpre papel bastante importante para esse reconhecimento de preservação, valorização e revitalização urbana. Como também contribui para uma maior vivência na cidade.

Os equipamentos de lazer passam a ser ressignificados com novas adaptações e modos de usos pela população, difere de várias formas dos planejamentos iniciais, trazendo uma revalorização para o lugar em que se incorpora. Como afirma o Gestor do parque quanto à contribuição do *Parque da Liberdade* para revalorização da comunidade:

O bairro, e a vida! [...]. Hoje tem mais de duas mil pessoas frequentando por dia. E mais de três mil frequentando nos finais de semana. E agora com a abertura do CIEI [Centro de Iniciação ao Esporte] nós vamos atender a mais de mil crianças e adolescentes em modalidades olímpicas e paraolímpicas, e já começou a ginástica olímpica com o apoio da Caixa Econômica Federal. Então, a utilização para uma

qualidade de vida melhor, para saúde, para cultura e para o lazer é indiscutível, indiscutível à aquisição da área para essa prática de lazer! (Pesquisa PIBIC, 2018-2019).

Um olhar mais cauteloso do poder estatal é necessário para que se dê a devida importância para esses espaços e equipamentos de lazer, assim contribuindo para a construção do direito ao lazer como um direito à cidade. O espaço e os equipamentos de lazer são articulados na dinâmica de várias políticas públicas de lazer que estão constantemente em transformação, pois os *usuários* (Certeau, 1998) atribuem os mais diversos sentidos que vão destacando-se seus múltiplos significados ao fazer uso dos mesmos.

As atividades de lazer podem ser executadas em espaços sem que haja equipamentos, porém não é possível se constituir o lazer sem que haja um espaço, sendo este espaço de lazer um espaço urbano. Assim, há uma relação entre o lazer e o espaço urbano relacionando seu acesso à Política Urbana.

O *Parque da Liberdade* é destinado também para atividades paraolímpicas como afirma o Prefeito Romero Rodrigues:

Podemos considerar esse equipamento como um verdadeiro legado olímpico para os campinenses. Aqui a população terá acesso a toda uma estrutura preparada para treinar crianças e jovens em diversas modalidades esportivas, inclusive nas modalidades paraolímpicas. (AGENDAPB, 2016)¹⁶.

Assim, o parque, em parceria entre a PMCG e a Caixa Econômica Federal, se insere em uma construção discursiva da gestão voltada para o atletismo e atividades ligadas ao esporte, como podemos ver nas imagens 6 e 7 a seguir:

Figuras 7 e 8: Parceria com a caixa no incentivo ao Esporte no Ginásio Poliesportivo.



Fontes: Pesquisa PIBIC (2018 - 2019).

¹⁶ AGENDAPB, Romero anuncia início das obras do Parque da Liberdade. Disponível em: <http://agendapb.com.br/romero-anuncia-inicio-das-obras-do-parque-da-liberdade>. Publicado em: 06 de jan. 2016. Acesso em: 06 de jun. 2019

O Parque inaugurado no ano de 2016 possui uma grande área para realização de exercícios físicos como também uma área que ainda não foi concluída. Como ressalta o Gestor do Parque:

Olha o Parque [o Parque] ele [...] uma parte (essa parte que tá em funcionamento) é projeto da Prefeitura: a pista de [...] corrida, a pista de caminhada, a pista das bicicletas, a academia popular, as aulas do *Mexe Campina*. Essa parte toda aí é da Prefeitura. Aí tem a parte do Governo Federal: esse ginásio poliesportivo, que se assemelha ao ginásio da FACISA [UNIFACISA]; uma pista de atletismos sintética, que só tem duas[02] na Paraíba (uma em João Pessoa é esta aqui); Aí (...) o projeto é federal, é gerenciado pela Caixa Econômica. *Esse Projeto aí ainda está incompleto*. Uma pista de skate (que segundo os ‘especialistas’, vai ser a melhor pista de skate da Paraíba) – também essa daí eu tenho dúvida se ela é do governo federal ou governo municipal. Eu acredito que (...) talvez o fim do ano isso aqui *teja* concluído *porque a gente sabe que a obra tá atrasada*, isso aqui já era para tá pronto, certo?! Inclusive a parte federal[recurso]! (PIBIC 2018-2019, grifo nosso).

Nas imagens (6, 7, 8, 9,10) podemos notar a complexidade da dinâmica que existe no interior do parque, bem como dados da sua construção e suas regras de utilização.

Figuras 9, 10: Parque Infantil e Pista de Corrida.



Fonte: Pesquisa PIBIC2018/2019.



Fonte: Foto Autoral (AURINO, 2020).

Figura 11: Dados da construção do Parque.



Fonte: Pesquisa PIBIC 2018/2019.

Figura 12: Placa de entrada



Fonte: Foto Autoral (AURINO, 2020).

Figura 13: Academia Popular no interior do Parque.



Fonte: Pesquisa PIBIC 2018/2019.

As imagens a seguir se referem a segunda etapa do parque não concluída e não entregue pela gestão municipal.

Figura 14: Pista de Skate não concluída.

Fonte: Pesquisa PIBIC 2018/2019.

Figura 15: Pista de Skate atualmente.

Fonte: Foto Autoral (AURINO, 2020).

Figura 16: Quadra de arremesso de peso

Fonte: Pesquisa PIBIC 2018/2019

Figura 17: Quadra de arremesso de peso

Fonte: Foto Autoral (AURINO, 2020).

Nesse sentido, o parque é referenciado pela gestão como equipamento que se difere de outros espaços de lazer da cidade por se concentrar, especificamente, para atividades ligadas às práticas de Educação Física e Esporte de Competição, como afirma o Secretário:

A diferença é grande do Parque de Bodocongó, nós temos um ginásio de esportes com dez modalidades esportivas e com pista de atletismo também oficial. Para sempre dez metros, cem metros, distância. A diferença, dois: o *Parque da Liberdade* tem uma pista de quatro metros para caminhada e corrida e tem agora o espaço do ciclismo, do ciclismo dentro do Parque. Com pista de oitocentos metros para caminhada e corrida e também para o ciclismo. (PIBIC 2018-2019).

É possível perceber que por diversas vezes algumas variáveis tidas em um espaço são deixadas de lado pelos planejadores quando se é pensado algum projeto de implantação no espaço público. A exemplo do *Parque da Liberdade* que não houve uma consulta sobre a inserção do mesmo no local. Como afirma o secretário da SEJEL (Secretaria de Esporte, Juventude e Lazer), quando indagado:

Não! Ai tem que ser verdadeiro... Não! Foi pensamento do Prefeito Romero com Teles Albuquerque ao lado e Mariz (procurador geral de Campina Grande, José Fernandes Mariz) e a ideia foi essa porque o Parque da Liberdade hoje, o Parque da Liberdade, ali tem dez bairros, dez bairros, que o circulam e hoje é muito carente o espaço de lazer e promoção de saúde na cidade de Campina Grande. Então, o Parque da Liberdade se deu pela iniciativa, pela ideia do Prefeito municipal de Campina Grande Romero Rodrigues, e claro com o apoio de Tales Albuquerque e Mariz. Foi assim que surgiu a área de Lazer e de Esporte Parque da Liberdade. (PIBIC 2018-2019, grifo nosso!).

A contribuição do lazer é importante no processo de preservação e revitalização do patrimônio e a participação comunitária cumpre papel bastante importante para esse reconhecimento de preservação, valorização e revitalização urbana. Como também contribui para uma maior vivência da cidade. Os equipamentos de lazer passam a ser ressignificados com novas adaptações e modos de usos pela população, mesmo que esses difiram dos planejamentos iniciais de suas construções. Como relata o secretário do Parque sobre a sua construção

*Veja bem! O que era antes um manicômio... A cidade de Campina Grande tem um parque, o Parque da Liberdade! Hoje nós temos o Tobias de Passe, temos a Vila Plínio Lemos, temos um... *tamos* construindo um em Bodocongó [segunda etapa], tem um no Catolé. Então, Romero priorizou para uma área de Lazer, já que antes era uma área muito difícil, não vamos chamar de tortura, mas onde você tem um doente mental. Imagine como era os hospitais psiquiátricos?! Então... Romero vamos transformar num parque igual ao Parque da Criança [...]. [...] hoje o Parque da Liberdade já atende ciclismo, caminhada, corrida, área de lazer, quiosques e *um ginásio de esportes para dez modalidades* onde nós conseguimos verba com o ministério do esporte e hoje temos o CIEI para prática da iniciação esportiva das crianças e adolescentes naquele logradouro. (PIBIC 2018-2019, grifo nosso!).*

Outra lógica que se enquadra no espaço público é que o mesmo acaba por se tornar um “objeto de consumo” girando em torno da lógica do capitalismo pela estratégia da requalificação urbana e do mercado imobiliário deixando de lado as demandas necessárias da realidade das populações.

É importante ressaltar novamente que o dualismo em que as construções dos parques públicos e a realidade dos cidadãos locais são, por inúmeras vezes, constituídas de forma hierarquizada, tornando-se uma imposição e não uma escolha local, não sendo um problema a construção do mesmo, mas “os discursos e as políticas urbanas que estão na origem desses

projetos” (SERPA, 2011. p.61). Essa lógica provoca a inversão da cidade e sua maneira de funcionar, a cidade produção para a cidade consumo. Contribuindo para o crescimento de prédios, afastando áreas precárias da cidade e deixando-a sem serviços.

Figura 18: Prédios ao entorno do parque.



Fonte: Pesquisa PIBIC 2018/2019.

Figura 19: Empreendimentos ao redor do parque.



Fonte: Foto Autoral (AURINO, 2020).

Alguns dos motivos dessa escolha é baseado no discurso da falta de segurança¹⁷. Com isso afetando na forma de lazer a ser escolhido pela família, que na sua maioria das vezes escolhem ficar em casa, ou seja, o lazer domiciliar se tornou muito mais frequente nos últimos anos.

Diante disso, podemos perceber que o parque se insere num discurso que vem do topo da pirâmide para as classes mais baixas tornando-se um espaço seletivo voltado para a variável da saúde. Os projetos urbanos precisam ser mais sensíveis, para que se atenda às necessidades da realidade local onde se incorpora. Pois as experiências urbanas constituem elementos ao ambiente capazes de gerar e de se trabalhar sensibilidades culturais. Ressaltando que a maneira como os espaços de uma cidade é organizada se pode produzir uma base material possível para se pensar e realizar novas sensações e práticas sociais.

Com uma articulação com a comunidade local é que se pode construir um espaço adequado, ou seja, um planejamento onde a população possa ser ouvida. À medida que o sujeito se apropria de um determinado espaço, esse vai se adaptar de acordo com sua particularidade, e assim, se torna capaz de promover novos usos diante de um espaço planejado para um determinado (ou outro) fim. Com isso, o espaço deve ser constituído de inúmeros elementos para que se concretize um equipamento de lazer.

¹⁷ Ver CARVALHO, 2017

7. CONCLUSÃO

A partir da discussão podemos concluir que, a construção do *Parque da Liberdade* contribuiu e continua a contribuir para a valorização e transformação de uma área que antes estava em total decadência e abandono, visto que o Hospital Dr. João Ribeiro foi desativado no ano de 2005, trazendo outra funcionalidade a este espaço, assim como outros usos do espaço público. Por outro lado, situando disputas entre os distintos grupos que cotidianamente utilizam esses espaços. Podemos ainda apontar a fragmentação da memória e do sentido histórico do que fora aquele lugar, visto que seu novo uso é constituído por uma política de lazer que, ao que até podemos observar, de ampliação do acesso ao espaço público em Campina Grande. Tendo também um processo de revalorização que o Parque parece trazer ao Bairro da Liberdade.

A construção do Parque Urbano da Liberdade reinscreveu outras narrativas sobre o lugar onde está inserido, ligado ao elemento de historicidade e memória, transmutando por ocasionar novos sentidos e usos presentes naquele espaço, contribuindo para revalorização da área, pois tem crescido novos padrões de ocupação e uso do solo, como por exemplo, a construção de imóveis de médio padrão ao seu entorno. O *Parque da Liberdade* vem acionando a memória daquele espaço enquanto elemento de importância arquitetônica e histórica. As vivências da cidade dão origem a memória, refletir sobre o valor dessa memória no futuro decidirá o que será importante para resgatar do nosso tempo.¹⁸

Nesse sentido, é importante ressaltar a importância do conceito de lazer e de como ele se fez presente ao longo de toda a pesquisa, esse que é um tema que atravessa vários âmbitos de projetos e programas sociais, passando a ser visto como meio de consumo e provocando o direcionamento à privatização dos equipamentos públicos. Por isso, a relevância desse debate se apoia na busca de um fortalecimento documental para que o poder estatal detenha um olhar mais rigoroso e ao mesmo tempo mais flexível para que assim seja entendido a real importância dos espaços e equipamentos de lazer para o crescimento e melhoramento da cidade, esses que trazem benefícios para a população.

Assim, podemos perceber que durante a pesquisa a dualidade entre o planejamento do parque e a realidade local, no qual este está inserido é, claramente, uma via que se dá de cima para baixo. Tornando então a escolha desses projetos uma determinação superior de quem o

¹⁸ Conforme apontou a conclusão do relatório de PESQUISA PIBIC-2018/2019: **Da loucura como memória a um espaço público de apropriação**: as especificidades do *Parque da Liberdade* (Campina Grande-PB).

planeja e não uma escolha dialogada com a comunidade que faz uso desses equipamentos públicos. E, conseqüentemente, acaba provocando uma lógica inversa de estruturação da cidade, ou seja, cidade produção para a cidade consumo.

Portanto, a pesquisa aponta o estratégico discurso da gestão, que a princípio seria um parque voltado apenas para atletas olímpicos, onde poderiam praticar seus treinos e atividades mostrando quais tipos de usuários queriam, em um reconhecido esforço de extinguir qualquer tipo de conflito entre a concepção do planejamento, a execução da obra e gestão desse equipamento. Temática essa a ser aprofundada, quiçá, em continuidade futura a esse trabalho.

REFERÊNCIAS

- ABREU, Maurício de Almeida. **Sobre a memória das cidades**. *Revista da Faculdade de Letras*, Porto, Vol. XIV, 1998.
- AGENDAPB, Romero anuncia início das obras do Parque da Liberdade. Disponível em: <http://agendapb.com.br/romero-anuncia-inicio-das-obras-do-parque-da-liberdade>. Publicado em: 06 de jan. 2016. Acesso em: 06 de jun. 2019.
- CARLOS, A.F.A. **O espaço urbano: novos escritos sobre a cidade**. São Paulo: Contexto, 2004. p. 7-34
- CARVALHO, Maria Jackeline Carvalho Feitosa. **Para além da pedra e cal: discursos e imagens de Campina Grande (1970 a 2000)**. Capítulo V: Imagens da pobreza em Campina Grande. Campina Grande: EDUEPB, 2017. p.277-333.
- CERTEAU, Michel. **A invenção do cotidiano**. 3^o edição. Petrópolis: Editora Vozes, 1998.
- GIDDENS, A. A constituição da sociedade. São Paulo: Martins Fontes, 2003.
- GIL, A.C. **Como elaborar projetos de pesquisa**. 4. ed. São Paulo: Atlas, 2009. p.41-57.
- GUEDES, E.N. Espaço público contemporâneo: pluralidade de vozes e interesses. **Biblioteca online de Ciências da Comunicação**, 2010, p.1-16 UFMA. Disponível em : <http://bocc.ufp.pt/pag/guedes-ellida-espaco-publico-contemporaneo.pdf>. Acesso em: 25 abr. 2020.
- JACOBJS, Jane. **Morte e vida de grandes cidades**. 3 ed. São Paulo : Editora WMF Martins Fontes, 2011. p. 296.
- MARCELLINO, N. C ; BARBOSA, F. S; MARIANO, S.H; SILVA, A . da; FERNANDES, E. A O. **Espaços e equipamentos de lazer em região metropolitana: o caso da RMC - Região Metropolitana de Campinas**. Curitiba: OPUS, 2007.
- MARCELLINO, N.C; BARBOSA, F. S; MARIANO, S.H. Espaços e equipamentos de lazer: apontamentos para uma política pública. In: MARCELLINO, Nelson Carvalho. **Políticas públicas de lazer**. Campinas, SP: Editora Alínea, 2008. p.133-152.
- MINAYO, M. C. S (org.). **Pesquisa social: teoria, método e criatividade**. Suely F. D, Otavio C.N, Romeu Gomes. 21. ed. Petrópolis, RJ: Vozes, 1994. p.21-27.
- OLIVEIRA, M. B. de. O direito ao lazer na formação do homem social. **Revista Âmbito Jurídico**, UFMS, 2010. Disponível em: <https://ambitojuridico.com.br/edicoes/revista-76/o-direito-ao-lazer-na-formacao-do-homem-social/>. Acesso em: 25 set. 2020.
- ORLANDI, E. P. **Análise do discurso: princípios e procedimentos**. Campinas, SP: Pontes, 2001.
- PEREIRA, M.P. Notas sobre os contemporâneos da sociologia e suas contribuições para os usos da fotografia em pesquisas urbanas. **Estudos de Sociologia**, Recife. Vol. 2 n. 22, p. 293, 2016.
- RODRIGUES, Rejane Penna. O papel do Estado nas políticas públicas sociais: elementos para discussão sobre a gestão das políticas públicas de lazer no Brasil. In: MARCELLINO, Nelson Carvalho. **Políticas públicas de lazer**. Campinas, SP: Editora Alínea, 2008. p.171-186.

SCOCUGLIA, J.B.C. **Cidade, cultura e urbanidade**. João Pessoa: Editora Universitária da UFPB, 2012, p. 71-115.

SERPA, Angelo. **O espaço público na cidade contemporânea**. São Paulo: Contexto, 2011. p.57-106

SILVA, Marcos Luiz da. A ideia de espaço público em hannah Arendt. **Cadernos Zygmunt Bauman**, UFMA, vol. 7, num. 13, p.117-133, 2017. Disponível em:

<http://www.periodicoseletronicos.ufma.br/index.php/bauman/article/download/7348/4593>.

Acesso em: 25 abr. 2020.

SOUSA, F. G. R. B. **Territórios de confronto**. Campina Grande: EDUFPG, 2006. p. 105-121.

SOUSA, K. K. C. . **Sonhos urbanos: o Parque do Açude Novo e a reconstrução da alma campinense**. Campina Grande, 1969-1976. 1. ed. Campina Grande: Editora da Universidade Federal de Campina Grande, 2014. v. 1. p.172.

VALE, E.P.A. Espaço público e o uso da praça pública na cidade de Cândido Sales-BA. **Periódicos Uesb**, 2009. p.1-15.